

Prédio do TRT-18 atingido por incêndio será liberado nesta terça-feira

Reprodução/TRT



Incêndio no TRT-18 não danificou dados digitais de processos. Reprodução/TRT-18

A partir desta terça-feira (13/10) será autorizada a entrada de magistrados e servidores no Edifício Ialbaluza, do Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região (GO). O prédio foi atingido por um incêndio no dia 3 de outubro.

De acordo com o laudo pericial preliminar emitido pela Carlos Campos Consultoria e Construções, embora algumas salas tenham sido danificadas pelo fogo, o prédio não foi estruturalmente afetado.

Apesar de permitida a circulação de pessoas, nem tudo estará funcionando corretamente nesta terça. Por isso, foram tomadas medidas emergenciais para disponibilizar postos de trabalho no Fórum Trabalhista de Goiânia. Assim, os servidores poderão optar por continuar no Ialbaluza ou fazer trabalho remoto, mediante anuência da chefia imediata.

Comissão de sindicância

O desembargador Aldon Taglialegna, presidente do TRT-18, criou uma comissão de sindicância para apurar, no âmbito interno, responsabilidades das causas do incêndio.

Fazem parte da comissão o juiz Renato Hiendlmayer, que presidirá os trabalhos; o chefe do Núcleo de Segurança do Tribunal, coronel Sardinha Bites, e o servidor Alcione Novais. O servidor Absayr Gonçalves irá atuar como secretário da comissão.

A Procuradoria-Geral da União no Estado de Goiás vai designar um advogado da Advocacia-Geral da União para prestar assessoria à administração do tribunal nas tomadas de decisão sobre as questões decorrentes do acidente no Complexo Trabalhista.

Investigações da PF

Na última semana, o presidente do tribunal, acompanhado da desembargadora Kathia Albuquerque e do juiz Renato Hiendlmayer, foi à sede da Polícia Federal para verificar o andamento das investigações. Na



ocasião ele entregou ofício solicitando que a PF designe especialistas em incêndio e produção de provas para investigar as causas que deram início ao fogo.

De acordo com o superintendente regional da Polícia Federal em Goiás, delegado Umberto Rodrigues, a PF não dispõe deste tipo de especialista no Estado, mas informou que irá solicitar colaboração das outras superintendências para designar os especialistas necessários à apuração dos fatos que provocaram o sinistro. *Com informações da Assessoria de Imprensa do TRT-18.*

Date Created

13/10/2015